



Estado do Tocantins  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA  
CNPJ: 74.062.332/0001-37

20.03.25  
Sr. Suair Mariano de Melo  
Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, TURISMO, INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO.**

***PARECER***

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 001 de 06 de março de 2025

**EMENTA:** Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo e adota outras providências..."

**AUTORIA:** senhor Prefeito Municipal – Marcos Carvalho Lima

Considerando o parecer Jurídico desta Casa, que opina pelo o prosseguindo.

A Análise legislativa deve ser conduzida, conforme previsto o artigo 37 da Constituição Federal, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sob a ótica da sua compatibilidade com os preceitos constitucionais, infraconstitucionais e normativas que estejam em consonância com os princípios que regem a administração pública.

Nos termos do artigo 18, inciso III, da Lei Orgânica do Municipal, compete privativamente ao município legislar sobre assuntos de interesse local, podendo suplementar a legislação federal e estadual no que couber. O projeto de lei em tela, insere-se no âmbito de políticas ambientais e de turismo, sendo tais matérias de competência municipal, em conformidade ainda com o exposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Lembrando, a Constituição Federal, no seu artigo 225, diz: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse pressuposto, a criação do COMATUR está em consonância com o princípio da sustentabilidade e da gestão integrada de políticas ambientais e de turismo.

E-mail: [contato@caseara.to.leg.br](mailto:contato@caseara.to.leg.br)

Rua Paraíso s/nº - Setor Bela Vista – CEP: 77.680-000 - Caseara - TO



Estado do Tocantins  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA  
CNPJ: 74.062.332/0001-37

Para tanto, esta Comissão, diante da matéria em epígrafe, verifica-se sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

### CONCLUSÃO

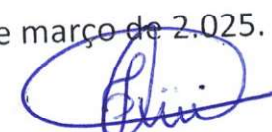
Os membros da Comissão CONCLUIRAM unanimemente, pela sua viabilidade e necessidade de aprovação em tempo hábil, de forma a atender as finalidades de mister.

Desse modo, só nos resta pedir e esperar, a valiosa e douta decisão do Plenário desta Casa, para a sua aprovação.

Sala das Comissões, aos 19 de março de 2.025.

  
Ver. RAILSON MARTINS DA SILVA

Presidente

  
Ver. FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE ALMEIDA

Relator

  
Ver. ANDRÉSIO COELHO BARBOSA

Membro